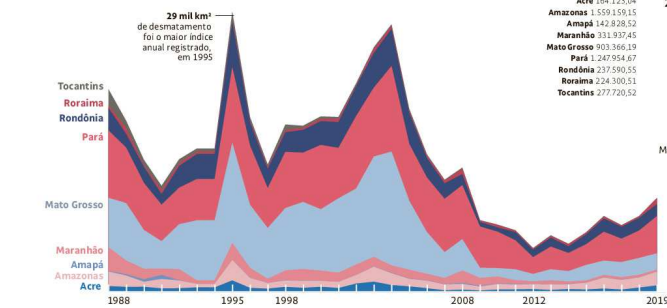
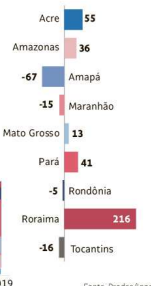


Taxas de desmatamento na Amazônia em km²



Varição entre 2018 e 2019, em %



Fonte: Prodes/Inpe

Desmate na Amazônia bate recorde e cresce 29,5% em 12 meses

Foram destruídos 9.762 km², segundo o Inpe; ministro diz que vai reativar programa que qualifica área destruída

Philippe Watanabe e Matheus Morcira

SÃO PAULO E SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP) Entre agosto de 2018 e julho de 2019 o Brasil bateu o recorde do desmatamento na Amazônia desta década. Segundo o sistema de monitoramento Prodes, que oferece o dado mais preciso, consolidado e com nível de confiança superior a 95%, foram destruídos 9.762 km², um aumento de 29,5% em comparação com o período anterior. O aumento percentual desse ano é o terceiro maior da série histórica, iniciada em 1988. Aumentos tão acentuados só foram vistos nos anos de 1995 e 1998.

Os dados anuais do desmatamento foram divulgados nesta segunda (18), em São José dos Campos, na sede do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). As informações são projetadas, e os dados consolidados devem ser divulgados em maio de 2020. O evento teve a presença dos ministros Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Marcos Pontes (Ciência), além de Darcton Damilão, diretor interino do Inpe.

Para Salles, o aumento ocorreu devido à "economia ilegal" na Amazônia. O ministro anunciou que na próxima quarta (20) fará uma reunião em Brasília para tratar ações e medidas contra o desmatamento, entre as quais está a volta do TerraClass (que qualifica o desmatamento na Amazônia Legal) e o repasse de recursos do Fundo Petrosbras para sua reativação. Além disso, o ministro disse que há negociações para transferir parte dos órgãos ambientais e do setor de ecoturismo para uma sede na Amazônia.

Questionado sobre as falas do presidente Jair Bolsonaro durante a campanha em 2018 e nos primeiros meses de governo terem influido no alto desmatamento, o ministro voltou a dizer que grande parte dos problemas vem de gestões anteriores.

Na campanha presidencial, Bolsonaro criticou a fiscalização ambiental feita pelo Ibama, disse que o país tem muitas unidades de conservação e terras indígenas e cogitou fundir o Ministério do Meio Ambiente com o da Agricultura, mas recuou. Durante o período eleitoral, de agosto a outubro, o desmate cresceu 48,8% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Bolsonaro não mudou o tom após a vitória, continu-

ou a criticar o Ibama e o funcionamento que lhe aplicou uma multa ambiental em 2012 foi exonerado.

O presidente também sinalizou que atenderia os anseios de garimpeiros cujo maquinário foi destruído pelo Ibama e atacou os dados de desmatamento produzidos pelo Inpe que já indicavam tendência de alta em seu mandato. Segundo Bolsonaro, os dados eram incorretos, exagerados e prejudicavam a imagem do país. O presidente também sugeriu que o então diretor do Inpe, o engenheiro Ricardo Galvão, poderia estar a serviço de alguma ONG. Galvão se defendeu das críticas em entrevistas à imprensa e acabou sendo exonerado.

A gestão Bolsonaro também transferiu órgãos do Ministério do Meio Ambiente para outras pastas e paralisou o Fundo Amazônia, que recebe dinheiro da Noruega e Alemanha para estimular ações de controle sobre desmatamento e uso sustentável do bioma. Ainda assim, a culpa pela alta da destruição da floresta amazônica não pode ser atribuída exclusivamente ao atual presidente. A tendência de aumento da destruição é percebida desde 2012. Segundo Raoni Rajão, pesquisador da UFMG, a taxa pode ter suas origens ainda nos governos do PT e na influência do agronegócio no Congresso.

Mas, para Rajão, os governos petistas mantiveram uma política de combate ao desmatamento focada no comando e controle. Em meio a elevadas taxas de destruição, a ex-ministra Marina Silva criou o Deter (Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real). Em 2014, para aprimorar o trabalho do Ibama na ações de contenção do desmate.

Segundo Rajão, a situação mudou no governo Dilma Rousseff. "Ela nunca tratou a questão ambiental como primordial". Segundo ele, "Temer chegou a ceder a pressões do agronegócio e do setor de mineração para extinguir a Reserva Nacional do Cobre e Associados, na Amazônia, e reduzir a proteção de trecho de floresta do Parque Nacional do Jamanxim. Após repercussão negativa, o então presidente desistiu das medidas.

O pesquisador cita a anistia a desmatadores como outro fator que pode ter tido impacto no aumento da degradação nos últimos anos. Além do desmate recorde

entre 2018-2019, o pesquisador diz que as taxas para o próximo ano já são preocupantes, considerando que os meses de agosto e setembro apresentaram acentuados aumentos de destruição, e serão contabilizadas no Prodes 2019-2020.

Com medo, cientistas não assinam estudo sobre queimadas

SÃO PAULO Com receio de represálias, cientistas de instituições brasileiras decidiram não assinar um estudo sobre o aumento das queimadas sob o governo Jair Bolsonaro.

"Alguns colaboradores recusaram a coautoria neste trabalho para manterem-se anonimato. Lamentamos que isso fosse necessário e gostaríamos de agradecer-lhes por sua importante contribuição", diz o estudo, nos agradecimentos.

À Folha os autores que mantiveram o nome na pesquisa preferiram não identificar as instituições dos colegas que optaram pelo anonimato. A pesquisa, publicada na revista Global Change Biology na sexta (15), mostra um cenário diferente do que o defendido pelo governo, de que as queimadas na floresta estão na média dos índices nos últimos 15 anos. Segundo o estudo, o número de incêndios em agosto foi quase três vezes maior do que em 2018. Além disso, trata-se do valor mais alto desde 2010.

Os autores, com base em dados do Deter (sistema de detecção rápida), do Inpe, também afirmam que há fortes evidências sobre a relação do fogo com a alta do desmatamento. "O aumento de incêndios e desmatamentos em 2019 refuta [...] a consideração de que agosto de 2019 foi um mês 'normal' na Amazônia brasileira", diz o estudo.

Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente, associou as queimadas a um clima seco, o que também é refutado. Jos Barlow, da Universidade de Lancaster, diz que, como o estudo bate de frente com o discurso oficial do governo, cientistas ficaram com medo. "Há um clima de 'perseguição'", diz Erika Berenguer, da mesma instituição. A pesquisadora cita exemplos de servidores que foram remanejados de seus postos e o caso de Ricardo Galvão, ex-diretor do Inpe, exonerado após confrontar o Bolsonaro. PW

Como ocorre o desmatamento na Amazônia

- Processo tem início no período chuvoso na floresta, entre o fim e o início do ano. São cortadas árvores menores e cipós, que começam a se degradar.
- Árvores maiores são cortadas posteriormente, quando começa o período mais seco na floresta, iniciado em junho.
- Por fim, o material vegetal que ainda fica no solo é queimado entre julho e setembro.
- Também pode haver uma forma de desmate mais lenta, em que árvores de maior valor comercial são retiradas, vegetação menor é derrubada, capim é plantado e, em seguida, há a entrada do gado na área.

COMO FUNCIONA O MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO

- Para detectar e medir desmatamento, o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) usa imagens da classe Landsat derivadas dos satélites Landsat-8 (EUA), Sentinel-2 (da União Europeia) e do Cbers-4 (do Inpe/Cresda, da China).
- Os satélites passam e geram novas imagens a cada 15-20 dias; em caso de cobertura por muitas nuvens, múltiplos satélites ou dados são usados para compor a imagem (o que é levado em conta para calcular o desmate naquela área).
- O Inpe leva em conta a perda de floresta primária (áreas com regeneração de mata não são consideradas) em áreas superiores a 6,25 hectares, ou 0,0625 km².
- O Inpe faz duas formas de monitoramento: **Deter** sistema usado para detecção do desmatamento em tempo real que tem como objetivo auxiliar as ações do Ibama de combate ao desmate
- **Prodes** mais preciso que o Deter, dá a taxa anual de desmatamento no bioma

Os satélites que fazem as imagens



As novas áreas de desmatamento são identificadas pela comparação das imagens do ano anterior para o atual

As áreas em amarelo são regiões desmatadas entre 1988 e 2007



Região próxima ao Parque Nacional do Jamanxim em 2008

As áreas com outras cores representam desmatamentos de 2008 a 2018



Região próxima ao Parque Nacional do Jamanxim em 2018

Alta histórica da degradação da floresta aponta para beco sem saída

ANÁLISE
Ana Carolina Amaral

SÃO PAULO Há 22 anos a taxa de desmate da Amazônia não sofreria uma subida tão grande de um ano para o outro. A alta de 29% só é comparável ao salto de 24% na taxa de desmatamento de 1997 para 1998.

O retorno aos anos 90 coloca em xeque, na próxima década, a sobrevivência da Amazônia como floresta tropical e seu papel na regulação do clima global. De acordo com estudos sobre a savanização da Amazônia, a floresta, que produz chuvas e estoca carbono, perde sua capacidade se o desmatamento superar a casa dos 20% a 25% do território do bioma, que já tem pelo menos 17% da sua área total destruída. Antes disso, ocorreu prazo, a diplomacia brasileira chega de cabeça baixa na COP-25 do Clima, daqui duas semanas, quando terá dificuldade para negociar sua proposta de regulação do mercado de carbono.

Já o Fundo Amazônia, baseado em pagamentos por resultado, não deve contar com novos aportes. O mecanismo remunerar o país de forma proporcional à redução do desmatamento. Com isso, outro problema é o orçamento do Ministério do Meio Ambiente, que, desfalcado, aumenta ainda mais a dificuldade para combater o desmate. O agronegócio ainda deve enfrentar nova onda de resistência na exportação de produtos ligados ao desmatamento da Amazônia — madeira, soja, carne e, mais recentemente, cana-de-açúcar, que já chega ao bioma com a imagem abalada —, especialmente para países europeus.

Em outras regiões do país também podem ser afetadas. A soma de mudanças climáticas com desmate amazônico ameaça a abundância e a regularidade das chuvas enviadas do Norte para boa parte do país.

Entretanto, os anos 90 geraram grandes diferenças com a atualidade. Na década, as áreas desmatadas anualmente ficavam em média perto dos 25 mil km².

Em 1995, a maior alta registrada bateu os 29.000 km² de desmatamento e recebeu respostas mais duras do governo, que, no ano seguinte, determinaria por medida provisória o aumento da área de Reserva Legal de 50% para 80% das propriedades na Amazônia. Desde então, os intervalos entre os picos e as reduções do desmatamento são marcados por esforços como a moratória da soja — atualmente alvo de lobby para que seja extinta.

Desde 2009, a área desmatada no bioma tem ficado abaixo dos 10.000 km². O período marcou um desenvolvimento entre crescimento econômico e desmatamento, com aumento do PIB agrícola concomitante à redução do desmate.

Hoje, a confirmação da alta de 29% somada à ausência de medidas que sinalizem efetividade no combate à destruição da Amazônia para o próximo ano apagam perspectivas de desenvolvimento dos potenciais econômico, diplomático e ambiental do país, que depende de forma crucial do governo federal para a execução das políticas de controle do desmatamento.